

## Introdução

*“any treatise that attempts to render ‘the present state of science’ really renders methods, problems, and results that are historically conditioned and are meaningful only with reference to the historical background from which they spring. To put the same thing somewhat differently: the state of any science at any given time implies its past history and cannot be satisfactorily conveyed without making this implicit history explicit.” (Schumpeter, 1954, p.3)*

A Metodologia em ciência econômica contemporaneamente tem como protagonista o paradigma neoclássico, no qual dedução e verificação empírica são combinados para produzir análises. A dedução seria o mecanismo gerador de teoremas e pressupostos por excelência, enquanto os testes empíricos serviriam para avaliar sua validade. Esse método se consolida como referência na trajetória do pensamento econômico a partir do trabalho de Milton Friedman, Metodologia da Economia Positiva, de 1953, e suas repercussões perpetuam-se até o presente .

Esse estilo metodológico, no entanto, é relativamente incompatível com esforços de sistematização da história do pensamento. Um historiador que se dedica a encadear logicamente ideias que foram desenvolvidas ao longo do tempo não está sujeito ao desenvolvimento de pressupostos dedutivos apriorísticos, e tampouco à verificação empírica destes, exatamente pela natureza de seu objeto. Nesse sentido, o historiador das ideias se vê desprovido, ao menos no paradigma neoclássico, de uma maneira científica de dar forma aos seus trabalhos.

Este artigo busca empreender uma aproximação sobre qual deve ser o método de trabalho da história do pensamento, mais especificamente, do pensamento econômico brasileiro. Para fazê-lo, na primeira seção é apresentada uma narrativa crítica para a trajetória do método na história do pensamento econômico, buscando explicitar a maneira como se chegou à atual hegemonia do paradigma neoclássico, partindo da tentativa de naturalização das ciências sociais. Na segunda seção é realizada uma discussão sobre a natureza da ciência e da economia, com ênfase para o papel e a forma da história das ideias como elemento de construção teórica. Por fim, são elaborados aportes para um método específico para a história do pensamento econômico brasileiro.

## Classificação JEL: B10, B41

---

1 Esse texto foi desenvolvido sob supervisão da professora Barbara Fritz da Freie Universität, como resultado do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior, financiado pela Capes. Agradeço à Capes e aos comentários de Alejandro Marques-Velázquez e Saulo Cabello Abouchedid, sem, no entanto, responsabilizá-los pelo resultado aqui expresso.

\* Doutorando IE - UFRJ

## 1 – Breve Narrativa para a Metodologia na História do Pensamento Econômico

A Economia é uma área do conhecimento sujeita a grandes debates quanto à sua natureza epistemológica. Num contexto cartesiano de modernidade científica, frequentemente ultrapassa as fronteiras que dividem os campos das ciências humanas e naturais. A influência de ideias da Física se nota nas formulações de teoremas, conceitos e pressupostos - como equilíbrio e elasticidade por exemplo – mas concretamente a Economia estrutura-se como ferramenta para estudar o funcionamento de corpos sociais de indivíduos em interação, fazendo uso da matemática como instrumento quando conveniente. Dito de outra maneira, a Economia tende a inspirar-se em leis da natureza para efetuar análises sobre um objeto marcadamente social.

Se a primazia sociológica da Economia é inequívoca, a aproximação com as ciências naturais se inscreve num movimento do século XVIII, que buscava torná-las menos suscetíveis aos interesses e paixões de governantes, indivíduos poderosos, e outras figuras que poderiam permitir que suas idiossincrasias transbordassem na percepção da realidade<sup>2</sup> (Löwy, 1994). Tratava-se de um esforço de libertação e democratização do conhecimento social, que se tornaria absolutamente independente de opiniões, através de mecanismos de positivação de funcionamentos sociais. As ideias a respeito da ordem social deveriam evoluir progressivamente para o mesmo patamar da Física, estado esse em que adquiririam o status da Física Social<sup>3</sup>. Nesse estado, os comportamentos sociais seriam equivalentes ao do funcionamento de um motor, com causalidades preestabelecidas entre suas diferentes partes componentes, de forma a tornar-se codificável, e portanto passível de divulgação e apreensão pelo conjunto da humanidade.

Esse intuito é uma continuidade do esforço de laicização do conhecimento, oriundo da revolução copernicana, mas que, como se verá, esbarra em algumas limitações fundamentais. Os

---

2“O estudo dos fatos sociais foi, por muito tempo, ‘abandonado ao acaso, à avidez dos governos, à astúcia dos charlatães, aos preconceitos ou aos interesses de todas as classes poderosas’; aplicando o novo método à moral, à política e à economia pública, pode - se ‘seguir nas ciências um caminho quase tão seguro quanto o das ciências naturais’. Aliás, as ciências da sociedade procuram incessantemente aproximar-se deste caminho das ciências físicas que o interesse e as paixões não vêm perturbar.” (Löwy, 1994, p.19, citando Corcelet, 1966)

3“entendo por física social a ciência que tem por objeto o estudo dos fenômenos sociais considerados dentro do mesmo espírito que os fenômenos astronômicos, físicos, químicos e fisiológicos, quer dizer, como sujeitos a leis naturais invariáveis, cuja descoberta é o objetivo específico de suas pesquisas”. (Arnaud, 1965, apud Löwy, 1994, p.23) Esse conceito foi, segundo Löwy, inicialmente desenvolvido por Auguste Comte num período em que tinha grande proximidade com Jean Baptiste Say: “As leis gerais que regulam as ciências políticas e morais existem a despeito das disputas... Elas derivam da natureza das coisas, tão seguramente quanto as leis físicas do mundo...” (Say, 1803, apud, Löwy, 1994, p.24)

partidários e proponentes da naturalização das ciências sociais ignoraram o fato de que nenhum indivíduo é capaz de depreender da realidade leis que sejam absolutamente independentes da visão de mundo prévia na qual todo observador está imerso (Lima, 1999). Essa visão de mundo se faz menos preponderante na apreciação dos fenômenos naturais, de maneira geral mais suscetíveis, ainda que não completamente, a testes e experimentação, e por serem fenômenos exógenos que ocorrem, ao menos nas grandes linhas, independentemente da ação do homem. Fenômenos sociais, por outro lado, têm o homem organizado em sociedade como objeto central, e mesmo nas etapas de definição conceitual já são fonte de debates com miríades de aportes que priorizam distintos aspectos sobre outros. Fenômenos sociais são essencialmente complexos, não por serem extraordinários e de difícil compreensão, mas por estarem essencial e intrinsecamente ligados àquilo que os indivíduos concebem para si como mundo ideal, como utopia<sup>45</sup> (Barbosa et alli, 1994). Nesse sentido, o próprio Comte, como aponta Löwy, ao propor leis gerais do funcionamento social, o fazia buscando alcançar objetivos que explicitam certa intenção ideológica: “as leis naturais (...) devem determinar a indispensável concentração das riquezas entre os chefes industriais”; e: “os proletários reconhecerão, sob o impulso feminino, as vantagens da submissão e de uma digna responsabilidade”. Nesse mesmo sentido, Comte afirma que o código universal de leis sociais “há de preparar os proletários para respeitarem, e mesmo reforçarem, as leis naturais da concentração do poder e da riqueza...” (Comte, 1825, apud Löwy, 1994, p.24).

A empreitada positivista de Comte veio reforçar a abstração dedutiva como método científico por excelência, e tem como pano de fundo a oposição entre o empirismo e o dedutivismo, que se manifesta em várias controvérsias ao longo da história do pensamento; de Descartes e Bacon, passando por Petty e North, Malthus e Ricardo, até chegar à “Batalha dos Métodos” (Corazza, 2009, Pimentel, 2013)<sup>6</sup>. O *Methodenstreit* se estabeleceu no último quartel do século XIX entre a Escola

---

4 “Os padrões de conduta humanos são complexos, repletos de elementos contraditórios, variáveis no tempo, inter-relacionados dentro de um contexto social.” (Barbosa et alli, 1994)

5 Essa interpenetração entre sujeito e objeto que ocorre nas ciências sociais não foi ignorada pelo debate epistemológico do período. O individualismo metodológico surge como solução para essa dificuldade, colocando o indivíduo como figura que antecede a sociedade, e que se comporta de maneira racional, movido por seus próprios interesses. Paralelamente surge a ideia de holismo metodológico, que descreve o comportamento do indivíduo em sociedade, distinto para cada uma delas. Max Weber (1864 - 1920) e Émile Durkheim (1858 – 1917) são, respectivamente, talvez os autores que melhor delimitaram o contraponto entre essas ideias. Para mais sobre o individualismo metodológico, ver Arrow, K. J. (1994).

6 Adam Smith (1723 - 1790) e David Ricardo (1772 – 1823) desenvolveram suas obras sem se posicionar diretamente na polêmica dos métodos. Ambos os autores fizeram discussões de ordem filosófica e moral, de forte acento dedutivo, mas Smith recorria frequentemente a ilustrações empíricas, enquanto Ricardo foi mais discreto na exemplificação de seus aportes teóricos, ainda que o tenha feito. De toda forma, na retórica

Histórica Alemã e o marginalismo, e teve como figuras centrais Carl Menger (1840 – 1921) e Gustav von Schmoller (1838 – 1917). A retomada da controvérsia metodológica assumiu os contornos da disputa entre o uso da História como repositório de experiências para a identificação de padrões de funcionamento, e a dedução centrada no indivíduo e sua racionalidade como forma de conduzir a Economia à pureza científica. Schmoller, porta-voz da Escola Histórica Alemã, se posicionava buscando compatibilizar os dois métodos, explicitando as fragilidades de ambos e os benefícios da interação entre eles:

*“O progresso da ciência é promovido pelas forças contrastantes do empirismo e do racionalismo, que se defrontam e corrigem mutuamente – embora o empirista sensato nunca vá deixar de admitir que toda experiência é apenas o resultado de seu pensamento, e o racionalista de qualidade nunca negue que o material de seus pensamentos se torna disponível pelo mundo dos sentidos. Como um eminente pensador disse recentemente, o conflito das escolas significa, em última análise, que o racionalista atribui um maior valor às associações de ideias produzidas por nossa própria vontade, enquanto o empirista atribui maior valor a associações que se fazem por força das circunstâncias, independentemente da nossa vontade.”* (Schmoller, 1952 [1888], p. 354)

A escola histórica alemã, em meio a essa disputa, perde força, na leitura de Arida (1996), pela ausência de objetividade de seu conteúdo programático. A generalidade de temas abordáveis pelo método indutivo fazia com que os trabalhos da escola se voltassem demasiadamente para a crítica das abordagens dedutivas, que seriam exageradamente simplistas e distanciadas da realidade. A postura quase exclusivamente defensiva e pouco propositiva da escola teria gerado uma dispersão de interesses, enquanto Menger e os autores do outro lado da controvérsia se articulavam de maneira muito mais coesa na compilação dos princípios básicos e fundamentais da Economia<sup>7</sup> (Arida, 1996; Corazza, 2009). Assim, o *methodenstreit* teve como consequência a emergência do marginalismo que, na prática, implica em um ganho de relevância do método dedutivo em detrimento da indução.

As formulações de Walras (1834 – 1910) e outros marginalistas (ou neoclássicos, como passariam a ser chamados) vão florescer em seguida a partir do emprego de deduções lógicas sobre o comportamento do indivíduo, e a sistematização de equações matemáticas de grande refino para corrente, Smith e especialmente Ricardo são interpretados como autores que empregaram essencialmente o método dedutivo (Corazza, 2009).

7 “Por um lado, o privilégio da indução concedia-lhe o encanto do desmascaramento. Em inúmeras passagens do *Methodenstreit*, a evidência histórica detalhada é invocada para mostrar exemplificadamente como toda generalização baseada no rigor da dedução admite exceções e é, em menor ou maior grau, desmerecida pelos fatos. A erudição tinha o papel de mostrar que a realidade podia imaginar a priori. Por outro lado, a insuficiência do fio condutor era tal que não se podia evitar um sentimento de desespero face à complexidade crescente da história.” (Arida, 1996, p.23 e 24)”

descrever o equilíbrio econômico geral, o que pode ser entendido como ápice do projeto de naturalização da Economia. Por outro lado, fato é que mesmo entre os marginalistas havia duras críticas quanto ao uso exacerbado da lógica dedutiva e da matemática no desenvolvimento teórico da economia. Edgeworth (1845 – 1926) e Marshall (1842 - 1924) vão ser os principais críticos dos esforço realizado por Walras, que na leitura deles perde consistência ao tentar formalizar matematicamente o processo de definição de preços, que por natureza seria desordenado e dinâmico<sup>8</sup>. As longas cadeias de raciocínio mecanicista expressas em equações são interpretadas como potencialmente falhas e demasiado distanciadas do objeto de análise, e portanto pouco realistas:

“Walras saw mathematical method and language as the natural expression of reasoning in political economy, which he considered a physical-matematical science like mechanics. The whole theory was mathematical and the mathematical expression of the theory was considered a condition of intelligibility. On the contrary, Edgeworth and Marshall emphasize that mathematics has an instrumental and only limited use in economics. (...) In the Principles (1890) Marshall maintains that economics (...) ‘must never lose sight of the real issue of life; and these are all ... affected more or less by motives that are not measurable’.” (Marchionatti, 2003, p.17)

O fato da crítica ter partido de membros da escola marginalista, e dos porta-vozes desta serem economistas que gozavam de grande prestígio no período, interrompeu o movimento de “purificação” da Economia e aproximação à Física, ainda que não tenha abalado o projeto marginalista como um todo, que manteve-se predominante nas ciências econômicas até o surgimento da Teoria Geral de Keynes (1883 - 1946), em 1936. Walras perdeu projeção, e Marshall tornou-se o mais reconhecido representante e articulador do marginalismo, com tentativas epistemológicas sempre mais brandas do que seu antecessor.<sup>9</sup> A busca pelo método científico universal e uma positivação compreensiva de todos os princípios para a Economia deixou de figurar entre os objetivos mais prementes dos economistas de então. O marginalismo se impôs no *methodenstreit*, mas num formato bem menos purista do que o apresentado por Walras:

*“Todos os instrumentos para a descoberta de relações entre causa e efeito descritos em tratados de método científico devem ser utilizados a seu tempo pelo economista: não há um método único de*

---

8 O debate entre Walras e outros autores ficou conhecido como a controvérsia Edgeworth-Walras-Borkiewicz (1889-1991) e está documentada em Marchionatti (2003)

9 “As forças que os economistas precisam levar em conta são mais numerosas, menos definidas, menos bem conhecidas e mais diversas do que aquelas com as quais lida a mecânica; ao passo que o material sobre o qual agem é mais incerto e menos homogêneo (Marshall, 1961: 772). [...] o problema reside no próprio material com o qual lida a economia, o ‘organismo vivo e sempre em transformação’ (Marshall, 1961: 769 apud Marchionatti, 2003: 34)

*investigação que possa ser chamado o método da Economia; cada método deve tornar-se útil na ocasião apropriada, individualmente ou em combinação com outros” (Marshall 1961, apud Marchionatti, p.29).*

A crise de 1929 e as duas guerras mundiais da primeira metade do século trouxeram uma necessidade pragmática para o exercício da economia. Keynes, formado em meio ao marginalismo e discípulo de Marshall que reconhecia a necessidade do instinto prático para a política econômica<sup>10</sup>, propõe um corpo teórico-analítico para as situações econômicas nas quais não ocorre o equilíbrio geral walrasiano. Keynes entendia que apenas excepcionalmente a economia estaria em equilíbrio, e a regra geral seria um movimento desequilibrado, seja ele recessivo ou de crescimento, determinado pela influência direta da ação discricionária do homem no ambiente social:

*“A visão de Keynes pode ser compatibilizada com uma ontologia “dialética”, para a qual o ser não é estático, mas dinâmico, complexo e contraditório, envolvendo o tempo e história. Para ele, o futuro e a ideia que fazemos dele plasmam o presente. A realidade econômica não é “dada”, “positiva”, mas construída pelas decisões econômicas de cada um” (Corazza, 2009, p.129).*

A partir do impacto da obra de Keynes, os nuances da realidade socioeconômica voltam a ter relevância para a análise teórica, e a interpenetração entre sujeito e objeto de análise recolocam a Economia no âmbito das ciências morais. A necessidade prática vai afastar a Economia da ideia de pureza, precisão e sistematização matemática; a intuição motivada pela observação, articulada racionalmente, vai passar a ser o principal instrumento de ação do *policy maker* keynesiano. O período que se segue será marcado pelo florescimento de abordagens historicistas, de teorias de desenvolvimento e outras formas indutivas de interpretação dos fatos econômicos (Chang, 2002).

O interregno da hegemonia keynesiana foi relativamente curto, e já na década de 1950, começa a ser articulado uma alternativa metodológica de cunho novamente positivista. Em 1953, Friedman, na esteira de Hutchinson e Samuelson, publica “Metodologia da Economia Positiva”, e traz como proposta a aproximação entre os aportes teóricos dedutivos e a realidade através do teste empírico (Corazza, 2009). Dessa maneira, Friedman contornaria a usual crítica ao irrealismo marginalista, comprovando a plausibilidade dos teoremas através do teste empírico. O foco volta-se para a verificação empírica de deduções lógicas, que passa a ser mais relevante do que a validade dos pressupostos em si. Confirmadas as previsões econométricas acerca do futuro, pouco importariam a proximidade entre os pressupostos e a realidade:

*“A ciência positiva [friedmaniana] não pretende realizar asserções ontológicas, constitui-se apenas*

---

<sup>10</sup>*‘There is so much variety of economic problems, economic causes are intermingled with others in so many different ways, that exact scientific reasoning will seldom bring us all the way to the conclusion for which we are seeking. It would be foolish on this account to reject its aid so far as it will reach, but some thing must be left at the end to be done by practical instinct and trained common sense’ (Marshall, 1890, p.88)*

em instrumento de captura de regularidades empíricas, presentes no mundo tal como ele é, em que o critério da boa teoria baseia-se em sua capacidade de produzir previsões acuradas acerca dos eventos da realidade.” (Cavalcante, C. M., 2007, p.9)

A publicação de *“The Role of Monetary Policy”*, em 1968, foi um passo adiante com muito mais impacto no debate econômico, e a busca pela naturalização da Economia voltou a ser tendência - agora com o uso da econometria<sup>11</sup> como instrumento de teste de princípios econômicos - e as repercussões se estendem até o presente momento. O paradigma monetarista friedmaniano domina as principais instituições ligadas ao exercício econômico, e logrou marginalizar relativamente as abordagens de caráter histórico, indutivo e dialético, lhes outorgando a alcunha contemporânea de heterodoxia. O argumento que aparece na superfície do projeto neoclássico é o da superioridade e pureza da metodologia apresentada por Friedman, combinando dedução e verificação empírica. Arida (1996 [1984]), no entanto, argumenta que neste e em outros momentos de superação de controvérsias observados na história do pensamento econômico, a força da evidência empírica não teria exercido papel determinante. O poder de persuasão e a boa retórica teriam tido muito mais importância na dissolução deste e de outros debates. A reafirmação do projeto neoclássico teria sido essencialmente fruto de exercícios retóricos:

“A reavaliação ainda que sumária das controvérsias que firmaram o projeto neoclássico de pesquisa mostra que a resolução destas controvérsias foi determinada pela superioridade de procedimentos retóricos, de um lado, e pelo rigor comparativo dos programas, por outro. Em nenhuma das controvérsias o recurso à evidência empírica desempenhou papel predominante. Inexistiam regras comuns de validação; a “verdade” do programa neoclássico estabeleceu-se por motivos estranhos ao modelo *hard-science*. Este é o pecado original dos defensores do modelo *hard science*, circunscritos que estão aos adeptos do programa neoclássico de pesquisa: a própria gênese deste programa viola a visão de *hard-science* do pensamento econômico.” (Arida, 1996, [1984], p.25)

Paralelamente e na mesma direção, McCloskey (1983) argumenta que é frequente, dentre os alegados cientistas econômicos da contemporaneidade, o uso de recursos tais como analogias, metáforas, experiências históricas, preceitos morais e éticos e a força do argumento de autoridade que não se enquadram numa metodologia dedutivo-falseacionista<sup>12</sup>. Acrescenta que se seguidas

11 A econometria surgiu como essa nomenclatura nos anos 1930, no que teria sido a “vingança de Walras” (Marchionatti, 2003). No entanto, esse instrumento só se populariza de fato após a revolução monetarista, e hoje é visto como um elemento objetivo para a performance científica da economia.

12 *“They [economists] claim to be arguing on grounds of certain limited matters of statistical inference, on grounds of positive economics, operationalism, behaviorism, and other positivistic enthusiasm of the 1930s and 1940s. They believe that these are the only grounds for science. But in their actual scientific work they argue about the aptness of economic metaphors, the relevance of historical precedents, the persuasiveness of introspections, the power of authority, the charm of symmetry, the claims of morality.”*

essas exigências metodológicas as ciências econômicas se paralisariam diante da impossibilidade prática de se formular teoremas e análises metodologicamente rigorosos. O que se observa, na prática, é que os critérios de cientificidade se confundem com as normas de aceitação em periódicos de grande repercussão, regras essas caracteristicamente idiossincráticas, subjetivas<sup>13</sup> e muito pouco positivas. A econometria aparece, em diversos periódicos e *reviews*, como exigência não declarada para publicação, e o debate muitas vezes se concentra nas diferentes formas de manipular esse instrumento, enquanto pouca atenção é dada aos pressupostos teóricos por trás do exame empírico, que é de fato onde se encontra conteúdo analítico. Nas palavras de Arida:

“O papel metodológico da econometria é um fantástico faz-de-conta. Todos sabem que seu poder de decisão é ultimamente irrelevante, mas fazem de conta que não o sabem. A econometria faz sentido quando entendida como desdobramento de investigação efetuada dentro de uma dada matriz conceitual; torna-se desprovida de significado quando entendida como critério de aferição da verdade de matrizes conceituais diversas.” (Arida, 1996, p.35)

Nesse sentido, a comunidade de economistas estaria atualmente diante de uma quimera metodológica, que ao mesmo tempo em que exige rigor científico, de caráter dedutivo e falseacionista, trilha seus caminhos apoiada na retórica. O hibridismo dessa quimera tem como resultado o fortalecimento dos *status quo* das ciências econômicas, isolando os cientistas já estabelecidos e isentos de obrigações metodológicas na torre de marfim, enquanto a maior parte dos economistas e ideias se dispersam num esforço de rigor metodológico que é concretamente irrealizável. Trata-se de um processo marcadamente endogênico, que infelizmente não parece ser exclusividade da economia<sup>14</sup>.

O esforço que aqui se faz, no entanto, não é o de simplesmente negar os preceitos metodológicos que atualmente predominam nos círculos econômicos. Esse trabalho busca compilar e avançar na construção de um arcabouço metodológico aplicado especificamente à História do Pensamento Econômico, ciente, contudo, da ausência de universalidade metodológica. Esse esforço se realizará, na próxima seção, retomando discussões acerca da natureza da ciência, as características da Economia enquanto ciência, e o papel da história das ideias enquanto instrumento de construção e análise teórica.

---

13 “*Economists do not follow the laws of enquiry their methodologies lay down. A good thing, too. If they did they would stand silent on human capital, the law of demand, radow down Wall Street, the elasticity of demand for gasoline, and most other mathers about which they commonly speak. In view of the volubility of economists the many official methodologies are apparently not the grounds for their scintific conviction. Economists in fact argue on wider grounds and should.*” (McCloskey, 1983, p. 482)

14 McCloskey (1983) tem uma seção de seu artigo a respeito da fragilidade metodológica em outras ciências, intitulada “Other Sciences Do Not Follow Modernist Methods”, nas páginas 491, 492 e 493.



## 2- Sobre o Método Científico e a História das Ideias

As diferentes definições para a ciência são quase infinitas, e não cabe a esse trabalho explorá-las detalhadamente. Aqui optou-se por tomar como ponto de partida para uma digressão sobre método científico o trabalho realizado por Schumpeter (1954) em “História da Análise Econômica”, primeiro por sua afinidade temática, mas igualmente por sua relevância. Nesse trabalho, o autor define ciência como “um tipo de conhecimento que tenha sido objeto de esforços conscientes para melhorá-lo” ou “qualquer campo do conhecimento que tenha desenvolvido técnicas especializadas para descobrir fatos e para interpretação ou inferência” ou ainda “ciência é senso comum refinado”, “ciência é conhecimento instrumentalizado” (Schumpeter, 2006 [1954], p.6, tradução nossa). Esse conjunto de definições tem, ao mesmo tempo, a vantagem de ser altamente abrangente, e a fraqueza de abarcar praticamente qualquer tipo de atividade intelectual. Sem um conceito auxiliar que delimite o que seriam instrumentos e técnicas científicas, ou o que diferencia refinamento de mera exposição articulada de argumentos, a utilidade destas definições se esvazia, já que até dogmas religiosos se enquadrariam na categoria de “conhecimento refinado”.

Se complementadas essas ideias, no entanto, com os conceitos de paradigma científico e de comunidade científica, de Kuhn, as definições passam a ter maior força. Segundo o autor:

*“A paradigm is what the members of a scientific community, and they alone, share. Conversely, it is their possession of a common paradigm that constitutes a scientific community of a group of otherwise disparate men.”* (Kuhn, T. 1977, p.2)

E:

*“A scientific community consists [...] of the practitioners of a scientific specialty. Bound together by common elements in their education and apprenticeship, they see themselves and are seen by others as the men responsible for the pursuit of a set of shared goals, including the training of their successors. Such communities are characterized by the relative fullness of communication within the group and by the relative unanimity of the group's judgment in professional matters”* (Kuhn, T. 1977, p.2)

Tomadas como complementares essas definições e aquelas de Schumpeter, tem-se um núcleo conceitual potencial para o que seria a atividade científica. Trata-se, nessa perspectiva, de uma busca pelo conhecimento, em uma determinada área do saber, realizada em conjunto por um grupo que se dedica, em linhas gerais, ao mesmo tema. Os instrumentos e técnicas analíticos utilizados devem ser aceitos e compartilhados pelos membros da comunidade, e o que garante a existência dessa comunidade é o fluxo constante de informações em múltiplas direções. Dito de outra maneira, a ciência é o resultado da busca por conhecimento por um grupo de atores que compartilhem, grosso modo, do mesmo arcabouço conceitual e instrumental analítico a cerca de uma área do saber.

Tendo como referência esse núcleo de definições torna-se possível passar às reflexões sobre a história do pensamento. Cabe perguntar qual é a utilidade de dedicar-se à história do pensamento, e não diretamente ao pensamento. Bom, um aprofundamento no conceito de ciência e a forma como se dá seu desenvolvimento pode responder a essa questão.

Como uma primeira peça do quebra-cabeça, é útil recuperar a ideia de Popper (1983) de que qualquer informação é sempre fruto da interpretação de um indivíduo munido de preceitos teóricos e de uma visão de mundo, o que torna impossível a geração de qualquer conhecimento oriundo de fonte absolutamente neutra:

*"There are no uninterpreted 'data'; there is nothing simply 'given' to us uninterpreted; nothing to be taken as a basis. All our knowledge is interpretation in the light of our expectations, our theories, and is therefore hypothetical in some way or other"* (Popper 1983, p. 102)

Desse modo, fatos, dados e informações são sempre gerados a partir de um viés *a priori*, e as implicações disso para a lógica evolutiva da ciência não são triviais; apontam para a inexistência de verdade absoluta, e para a constante possibilidade de disputa acerca de uma teoria a respeito de qualquer tema que se proponha. Se válida essa interpretação sobre a natureza da informação, e tendo em mente as definições de Schumpeter (1954) e Kuhn (1977), resulta que a ciência não é expressão última da verdade, mas sim daquilo que acordou-se entre um grupo de cientistas, ou em uma comunidade científica, ao longo do tempo, como sendo verdade. Nesse sentido, o *status quo* da ciência é resultado de um processo histórico de interação entre grupos de cientistas, que acordaram em determinados contextos a respeito da validade de hipóteses, postulados e seus axiomas. É a aceitação das ideias por outros que determina sua validade, tratando-se, portanto, de um processo de convencimento, desprovido de absolutismo, e imerso em relativismo. Nesse sentido, torna-se fundamental entender o processo a partir do qual tais grupos de cientistas, ou comunidades científicas, chegaram ao consenso em torno de ideias que hoje compõem o *status quo* da ciência.

A história das ideias, nessa linha de raciocínio, abandona o terreno da curiosidade arqueológica, e passa a se confundir com a própria ciência. Schumpeter (1954) defende o valor da história do pensamento como recurso científico em 4 principais argumentos. Primeiro, o autor afirma ser a história do pensamento a única maneira de determinar-se o estado atual de uma ciência, e de dar sentido às ideias desenvolvidas em contextos específicos<sup>15</sup>. Segundo, ressalta que a história seria o principal repositório de ideias para um cientista, e profícua fonte de aprendizado, através da observação e compreensão dos erros e acertos do passado<sup>16</sup>. Da mesma forma, o autor enxerga na

---

<sup>15</sup> Ver epígrafe

<sup>16</sup> *"We learn about both the futility and the fertility of controversies; about detours, wasted efforts, and blind alleys; about spells of arrested growth, about our dependence on chance, about how not to do things, about leeways to make up for. We learn to understand why we are as far as we actually are and also why we are*

história do pensamento a fonte para se derivar o *modus operandi* através do qual os cientistas desenvolvem seus trabalhos. Em outras palavras, é na história que se conhece o método através do qual usualmente se faz ciência<sup>17</sup>. Por último, o autor ressalta que, no âmbito da economia, não haveria sentido evolutivo determinado para a ciência, e tampouco uma forma de avaliar objetivamente os desenvolvimentos do conhecimento. Em outras palavras, desenvolvimentos científicos contemporâneos não são necessariamente superiores aos do passado, de modo que aportes do passado podem ter aplicação no presente<sup>18</sup>.

O que se depreende dessa interpretação, é que os esforços dos cientistas não têm direcionamento objetivo em relação ao conhecimento da realidade; é possível que estejam avançando ou retrocedendo, e não há meio de testá-lo com segurança. A atividade científica, no entanto, não se trata de um voo cego na imensidão. O avanço da ciência apoia-se no sistema de pesos e contrapesos executado pelo processo de aceitação na comunidade científica. A comunidade científica filtra as ideias que parecem mais razoáveis, dilapidando-as, mas, por sua vez, já tem um viés pré-determinado, fruto do trabalho de cientistas que antecederam. A força da ciência, antes de mais nada, está na capacidade persuasiva dos argumentos, apoiados em instrumentos retóricos, e o julgamento de terceiros funciona como o filtro natural para a razoabilidade das ideias<sup>19</sup>:

*"O exercício da retórica tem limites estreitos; convence quem se conforma às regras da retórica, mas as regras são fixadas e consensualmente aceitas previamente ao discurso individual do interessado em persuadir os outros em favor de uma tese determinada."* (Arida, 1996, p.36)

Nesse contexto, não haveria, então, nenhum meio objetivo possível de determinar-se a verdade, mas a história do pensamento provê informações acerca da maneira como chegou-se à determinada posição de relativo consenso, ou de certo viés. Ao mesmo tempo, oferece-se indícios do que pode ter motivado o surgimento de determinado posicionamento em um momento específico. O fato das ideias estarem constantemente em disputa, e de não haver meio objetivo de encerrá-la, torna, na realidade, a história da ciência imprescindível. A história da ciência nessa linha de raciocínio passa a ter o papel de contrapor ideias, pô-las em perspectiva, em movimento, papel esse *"similar ao da literatura comparativa com um foco nos textos, modelos, estudos,*

---

*not further"*. (Schumpeter, 1954 p.4)

17 *"a sort of pragmatic or descriptive logic may be abstracted from observation and formulation of scientific procedures which of course involve, or merge into, the study of the history of sciences."* (Schumpeter, 2006 [1954], p.4)

18 *"there is no objective meaning to the term progress in matters of economic or any other policy because there is no valid standard for interpersonal comparisons."* (Schumpeter, 2006[1954], p.5)."

19 *"To attempt to go beyond persuasive reasoning is to let epistemology limit reasonable persuasion."* (McCloskey, 1983 p.513)

*críticas, teorias e evidências de economistas no lugar de pinturas, ou de filmes de diretores, ou experimentos e registros de laboratórios de biólogos*” (Weintraub, 1989, p.491, tradução nossa). Trata-se do material a partir do qual o economista pode examinar ideias e atividades para além de uma mera verificação da consistência interna dos argumentos de determinado autor. A ciência econômica não está sujeita a testes concretos e objetivos no seu todo; o falsificacionismo não se aplica, e a história das ideias passa a ter outro significado. Como argumentaria Munz: *“At the moment in which the debate about appearance and reality was replaced by a debate about alternative theories, the history of science became part of science”* (Munz, 1985, p. 24).

O que se observa então é a existência contínua de duas ou mais correntes disputando a hegemonia em cada um dos temas que concernem à ciência, e mais especificamente à economia. Nenhuma predominância teórica é definitiva, e está sujeita ao surgimento de novas correntes ou simplesmente ao renascimento de controvérsias enfraquecidas. A ideia de que as controvérsias chegam ao fim quando um dos lados se mostra objetivamente vitorioso é enganosa<sup>20</sup>. As controvérsias frequentemente se encerram por exaustação, outras por uma negação persuasiva e articulada ao lado opositor, sem que os argumentos tenham sido devidamente desconstruídos; mas, na maioria da vezes, as controvérsias simplesmente permanecem, sujeitas a variações de forma e manutenção substancial de conteúdo. Por vágua, nas citações e referências de artigos em revistas deve sempre aparecer o volume, o número, e a página inicial e final do artigo. ezes, os rótulos que antes tiveram são abandonados, dando lugar a novos, mais polêmicos. Muito menos comuns, ao se examinar as controvérsias célebres da história econômica, são os casos de superação positiva de uma controvérsia, apoiada em aspectos precisos, concretos e objetivamente válidos (Arida, 1996)<sup>21</sup>.

O esforço do historiador das ideias, nessa perspectiva, é ressignificado, e pode adquirir

---

20 *“A contribuição genuína da história do pensamento econômico está no estudo do passado como um caso aplicado de retórica na ciência; e a importância da retórica deriva, por sua vez, do colapso da epistemologia falsificacionista.”* (Arida, P., 1996, p.32)

21 *“A evolução da ciência econômica é pontilhada, como é o desenvolvimento de qualquer ciência, por controvérsias. Pouco importa aqui sua origem; importa saber seu modo de resolução. Implícita na noção de fronteira [do conhecimento] está a presunção da superação positiva das controvérsias. Por superação, entende-se que as controvérsias terminam e são percebidas como findas pelos seus participantes. Nesta medida, tornam-se superadas afastando-se da fronteira e instalando-se definitivamente no passado, saindo da agenda do investigador interessado em desenvolver a teoria e passando para a agenda do historiador de ideias. Por superação positiva, entende-se que a revolução da controvérsia faz emergir essa verdade; e que esta verdade, entendida como o saldo positivo da controvérsia e aceita como tal por todos os participantes, incorpora-se ao estudo atual da ciência. [...] **A presunção de que as controvérsias em teoria econômica comportam-se de acordo com os cânones da superação positiva não é validada pela história do pensamento**”* (Arida, P., 1996, p.19 e 20)

variados contornos. A compreensão contextual do surgimento das ideias, bem como o diálogo com ideias opositoras, pode despejar luz sobre a validade destas em circunstâncias outras, e interpretar o encadeamento dos processos científicos que alimentam as controvérsias<sup>22</sup>. Ainda outra maneira de fazê-lo, seria identificar no passado ideias que tenham relevância no presente:

*"There is, in our view, nothing general to be said in answer to the question 'How should the history of philosophy be written?' except 'As self-consciously as one can—in as full awareness as possible of the variety of contemporary concerns to which a past figure may be relevant'" (Rorty, Schneewind and Skinner 1984, p. 11)*

De um modo ou de outro, é preciso ter em mente que o historiador das ideias, ao dedicar-se à sistematização de pensamentos do passado, estará oferecendo, implicitamente ou explicitamente, seu entendimento sobre a matéria. Não há maneira absolutamente isenta de se recuperar e organizar ideias do passado; o que há é uma maneira científica de fazê-lo. Qualquer tentativa de estudo da história das ideias é em si um esforço teórico-interpretativo, e traz em si a noção de que o conhecimento humano, e sua evolução, é imperfeito<sup>23</sup>:

*"We must accept that history is not presented to us raw, as a neutral case or data source, upon which we may perform tests of our methodological theories or how scientific knowledge is gained. History is not 'out there' waiting to answer our questions or corroborate our hypotheses. History is not found. Instead, history is written, and is itself as much a creative enterprise as is the 'theory' it is often 'meant' to describe" (Weintraub 1991a, p. 4).*

Se por um lado a neutralidade absoluta não existe, por outro lado não se pode entender a cientificidade como absolutamente distanciada da realidade. A busca pela compreensão da realidade é ao mesmo tempo inalcançável e o único esforço que merece a dedicação de um cientista. Não há ciência objetiva e explicitamente descolada da realidade. Assim sendo, a ciência deve ser construída consciente de sua incapacidade de reproduzir a realidade, mas sempre buscando aproximar-se dela, descortinando, sempre que possível, aquilo que se pode reconhecer, ainda que fragilmente, como fato:

*"Facts may be problematic, but to treat everything simply as fiction is to abandon what should be*

---

<sup>22</sup> "A menos de prova em contrário, a estratégia de leitura dos textos da história do pensamento desvinculada do seu contexto original de formulação prejudica a apreensão do seu significado. Os textos do passado devem ser lidos como textos cifrados cujo código de entendimento só pode ser obtido pelo confronto com a multitextualidade de seu contexto histórico" (Arida, P., 1996, p.32)

<sup>23</sup> "a história do pensamento econômico que não se faça teoricamente estéril traz em seu bojo a noção de que o conhecimento humano é imperfeito, mas capaz de ser aprimorado num processo que não é necessário e nem pode ser dado como certo." (Angeli, 2014, p.40)

*one of the main tasks facing the historian of economic thought: to draw conclusions about the merits of different approaches to the study of economic phenomena.*" (Backhouse 1992 p.33)

Resta ao cientista (ou historiador) das ideias, julgá-las de acordo com sua aproximação com a realidade ao longo do tempo. A análise das ideias de correntes opositoras, no entanto, não pode ser feito em bloco e descontextualizada, incluindo um sem número de autores e suas múltiplas ideias num conjunto asséptico objetivo e desprovido de nuances. A aproximação da realidade jamais residirá em apenas um lado, e em geral se fortalece em terrenos controvertidos<sup>24</sup>. Pontos polêmicos de debate tendem a acirrar ânimos e inspirar análises aguçadas que transcendem filiações ideológicas. Nessas encruzilhadas, mas não somente nelas, o historiador pode encontrar a força explicativa das escolas de pensamento que busca estudar, e não apenas as fronteiras delimitadoras das controvérsias, que possivelmente se verão fragilizadas<sup>25</sup>. Autores terão, no calor do debate controvertido, maior ímpeto para gerar a melhor análise do que a fidelidade a um grupo pode permitir. Nas palavras de Caldwell, o trabalho do historiador das ideias:

*"[I]s not to demarcate, nor to find the 'best' theory by comparing rival theories against a set of immutable standards, but to find the strengths and weaknesses of whatever program they are investigating. If they do their job well, we will have a better understanding of what economic science is, and with luck that will lead to its improvement"* (Caldwell, 1988b, p. 240)

Reunindo em poucas linhas o que foi até aqui dito, cabe ao historiador das ideias investigar a trajetória do pensamento que construiu a forma de se enxergar a ciência na contemporaneidade, iluminando divergências, fraquezas e fortalezas analíticas e emitindo, implícita ou explicitamente, seu entendimento sobre os pontos fricção. Cabe lembrar que, primeiro, o historiador deve seguir um método pré-definido, em conformidade com as melhores práticas da sua matéria. Segundo, um esforço de construção analítica da história das ideias tem de ser impulsionado por um descontentamento com a forma contemporânea de se fazer determinada ciência, caso contrário, há o risco de que seja apenas um relato terceirizado do que já havia sido dito no passado.

*"[a] história do pensamento não deve ser uma mera retrospectção, isto é, um relato que culmina acriticamente no presente. Também não deve ser um relicário, depósito de vestígios sacralizados. Estes*

---

24 Rorty, ao discorrer sobre o trabalho do historiador das ideias, afirmar ser uma busca *"to justify particular views of what philosophy is, and are concerned with questions such as: Why should anyone have made such-and-such a question central to his thought? or Why did anyone take such-and-such a problem seriously?"* (Rorty 1984, p. 57).

25 *"The history of science has been and should be a history of competing research programmes (or, if you wish, "paradigms") but it has not been and must not become a succession of periods of normal science: the sooner competition starts, the better for progress."* (Lakatos, 1970, p.155 apud Lima, 1999, p.48, nota de rodapé 8)

*são procedimentos da apologia do atual”* (Tolipan, 1982 p. 149)

O descontentamento dotará o autor de uma curiosidade científica que dará direcionamento e sentido ao trabalho, sabendo, dentre os milhares de aspectos tratados, o que priorizar para sanar seu descontentamento. Vale, no entanto, lembrar que a necessidade de imparcialidade de nenhum modo se desfaz pelo emprego desse mote. Ainda que seja impossível ser de fato neutro, a imparcialidade se impõe como cânone fundamental do exercício científico.

Aqui parece estar claro, grosso modo, qual deve ser o *modus operandi* de um historiador das ideias e sua metodologia de trabalho. A metodologia de trabalho, no entanto, não implica em um método. Um método demanda acercamentos mais precisos em torno do tema a ser investigado, instrumentos que permitam ao autor compilar e organizar autores, ideias e períodos históricos, seguindo a curiosidade particular que o motiva para a empreitada. A seguir será elaborada uma proposta de método para a história do pensamento econômico brasileiro. Não se trata do primeiro esforço nesse sentido, mas aqui se buscará consolidar e desenvolver maneiras de fazer ciência já presentes no debate econômico brasileiro.

### **3 – Por um Método para a História do Pensamento Econômico Brasileiro**

*Economic thought is the sum total of all the opinions and desires concerning economic subjects, especially concerning public policy bearing upon these subjects that, at any given time and place, float in the public mind.* (Schumpeter 2006 [1954], p.36)

Ao final da seção anterior foi discutida a necessidade de se ter um mote, um descontentamento com a forma contemporânea de se fazer uma determinada ciência, para discutir a história das ideias. Esse mote é fundamental para nortear a análise do historiador, mas também por precisar qual deve ser o método associado ao tema que se pretende tratar. O objetivo desta seção é avançar na construção de um método para a história do pensamento econômico brasileiro e, nesse sentido, será desenvolvido de maneira a se adequar a esse recorte: *“Methodological pluralism is an attempt by an economic methodologist to come up with some common-sense procedural norms for his field.* (Caldwell, 1988, p.252) Vale lembrar que um recorte temático é passível de superposição ao recorte espacial, e vai igualmente demandar acercamentos metodológicos específicos para que seja devidamente tratado.

Cabe aqui retomar brevemente as inter-relações, já anteriormente abordadas, entre fatos e ideias. Se por um lado o campo das ideias é motivado pelo intuito da abstração, toda reflexão perpassa o campo da realidade na qual está imerso o sujeito. Apesar de todas as tentativas de positivação e naturalização das ciências, ideias e pensamentos tem como característica a

interpenetração com fatos que se sucedem ao longo do tempo; fatos esses que por seu turno suscitam os questionamentos e reflexões. Não há reflexão sem fatos, e não há fato sem reflexões. No caso das reflexões sobre o ordenamento social em especial, a realidade está em mutação contínua, o que tende a se refletir na maneira de se pensar<sup>26</sup>. Nesse sentido, argumenta Ganem (2011):

*“Reconstruir a história do pensamento econômico dentro de uma perspectiva crítica significa compreendê-la como um registro mediado por fatos econômico-sociais e articulado às ideias. Isto significa que não existe uma autonomização das ideias em que se celebra o gênio desgarrado de sua inserção histórica.” (Ganem, 2011, p.55)*

Ideias de natureza sociológica estão, portanto, associadas a fatos sociológicos, e estes, por sua vez, então sempre em movimento, o que faz com que as ideias também tenham cinética. As ideias evoluem ao longo do tempo, arrastadas pela transformação da realidade. Nesse sentido, a dinâmica do tempo incide sobre a maneira como se formulam ideias, e é, portanto, um corte significativo para as análises que se dediquem ao estudo do pensamento. O movimento das ideias, no entanto, não tem direcionamento *a priori* (Ganem, 2011). A ausência de método universal faz com que cada indivíduo seja, no limite, sujeito de suas próprias reflexões de maneira particular:

*“A existência de diferenças qualitativas entre ciências naturais e sociais, (...) implica que nas últimas não há constantes universais, e que julgamentos morais estão envolvidos em todos os âmbitos da análise.” (Barbosa et alli, p.220)*

Não há, portanto, evolução contínua e linear do pensamento, não se caminha necessariamente para a verdade. A trajetória do pensamento é pontilhada por acidentes, encruzilhadas, avanços e retrocessos em relação à aproximação da realidade. Isso implica em uma relevância temporal das ideias, já que sua persistência no tempo não é dada *a priori*. Ideias desaparecem e ressurgem, encadeiam-se e se destroem.

Uma segunda consequência da associação entre fatos e ideias é a circunscrição do pensamento a realidades sociais específicas. Pensadores que se dedicam a compreender o que se entende por Economia Brasileira vão ter diante de si fatos distintos daqueles observados em outras economias. É natural, portanto, que as ideias daquele que se debruça sobre um objeto circunscrito sejam inspiradas por ele. Economias são organismos sociais vivos, em movimento, são matéria e fluxo constituindo um tecido social mutante, repleto de texturas que variam na mesma medida em que variam a latitude e longitude. Nesse sentido, as ideias que ilustram os fenômenos que ocorrem

---

26 *“O fenômeno humano ocorre no tempo histórico: teorias precisam tratar do aprendizado, da mudança do ambiente, da inter-relação entre os agentes em um tempo que é irreversível.” (Barbosa et alli, 1994, p221)*



em meio a esse tecido social tendem a revestir-se das particularidades do seu objeto. É daí que se extrai a relevância de estudar o pensamento brasileiro. As particularidades dessa economia - a brasileira - vão gerar reflexões também particulares, compondo uma matriz de pensamento que tende a ser distinta das outras. Não se deve negligenciar a transversalidade potencial das ideias - ideias que por tão cuidadosamente consistentes e sucintas atravessam diversos sistemas sociais com o mesmo vigor - mas as ideias de maneira geral têm, sobretudo, heurística local, seja qual for o conceito de localidade.

Dessa maneira, chega-se a dois critérios básicos para um exercício de história do pensamento. Primeiro, deve-se considerar o contexto temporal no qual se inscreve uma determinada ideia formulada, e em seguida deve-se ter em mente a realidade sociológica que deu origem a essa reflexão. Ideias estão sujeitas às variações de tempo e espaço. O pensamento está sempre associado a um objeto e os objetos por serem externos ao indivíduo estão situados em algum ponto no tempo e espaço. Essas categorias se impõem na abordagem de qualquer fenômeno, como fundamento básico de todas as intuições externas. Qualquer fenômeno observado se situará, necessariamente, em um momento espacial e temporal, o que levou Kant (1978) a afirmar a estética transcendental dessas duas categorias.

Adicionalmente, a interpenetração entre fatos e ideias gera a noção de que ideias são melhor apreendidas quando acompanhadas dos fatos que a geraram. Enquanto historiador das ideias, não seria razoável tentar imaginar quais fatos teriam motivado determinada ideia de um autor, mas cabe assinalar os principais fatos que ocorreram no contexto no qual ele se insere. Nesse sentido, a história das ideias se fortalece quando acompanhada de pinceladas que iluminem a realidade contextual do período. Uma história das ideias tende a ser mais robusta quando complementada pela realidade contextual.

Quanto à compilação das ideias, o historiador depara-se com duas opções para realizar seu trabalho. Primeiro, é possível focar a análise um período e mapear extensivamente as ideias desenvolvidas ao longo deste. Trata-se de um trabalho de maior fôlego, de sistematização de ideias que abarcam uma grande variedade temática, e com inter-relações nem sempre evidentes. Outra forma de fazê-lo, seria a definição de uma controvérsia como critério seletivo para a análise das ideias desenvolvidas em determinado período. Nessa segunda opção, o autor estará livre da responsabilidade de abarcar todas as análises realizadas em um espaço de tempo, e se limitará àquelas relacionadas à temática da controvérsia. É um trabalho intensivo, que tem seu valor na descrição das minúcias que enriquecem debates controvertidos. Tanto num caso, quanto noutro, caberá ao autor desenhar a trajetória das ideias de maneira encadeada, ilustrando a comunicação destas entre diferentes autores, tornando "explícita a história implícita" (Schumpeter, 1954, p.3)

Em um interessante esforço analítico sobre o método em História do Pensamento Econômico, Malta et alli (2011) vão afirmar que:

*“Toda proposta de sistematização de história do pensamento econômico tem, a nosso ver, dois pontos de partida essenciais, após estabelecida a abordagem para a história do pensamento econômico que está em uso: 1) um corte conceitual organizativo e; 2) uma periodização de referência que se relaciona intimamente com este corte conceitual.”* (Malta et alli, 2011, p.35)

A ideia de corte conceitual organizativo funciona como um fio condutor para o encadeamento das ideias, direcionando a redação como se houvesse um objetivo a ser cumprido, cumprindo a mesma função do que foi definido anteriormente como descontentamento motivador. A periodização de referência é um esforço adicional de organização, mas também vai representar a demarcação de rupturas e movimentos na história das ideias. A interpenetração sugerida, entre periodização e corte conceitual, é muito válida, na medida em que vai garantir que o texto tenha movimento e sentido, direção.

Numa aproximação com trabalhos realizados sobre a história do pensamento econômico brasileiro, destaca-se *“O Pensamento Econômico Brasileiro : o ciclo ideológico do desenvolvimentismo - 1930 – 1964”*, de Ricardo Bielschowsky, abarca grande parte da literatura de maior relevância para o pensamento econômico brasileiro do período delimitado. O autor parte da corte conceitual do ciclo do desenvolvimentismo, e como resultado, conseguiu-se a sistematização de uma enorme gama de ideias em uma mesma obra, preservando seu sentido original e pondo-as em diálogo com a realidade contextual à que cabiam. A perspectiva de longo prazo usada pelo autor permitiu a apreensão de ideias transversais, que atravessaram décadas, marcando portanto ciclos ideológicos que ditaram o tom dos debates. Permitiu também a organização de uma multiplicidade de autores em categorias concisas, estabelecendo um ordenamento ideológico para o período analisado. Esses esforços foram feitos explicitando o movimento das ideias e suas interpenetrações com fatos de seu contexto, gerando uma narrativa encadeada para o conjunto do pensamento econômico brasileiro<sup>27</sup>.

O trabalho de Bielschowsky se enquadra na categoria de um trabalho extensivo, que busca

---

<sup>27</sup> Malta e alli (2011) sobre Bielschowsky” o autor de *Pensamento Econômico Brasileiro* reconhece que a história dos sistemas de economia política, e não a história da análise econômica, é o caminho mais frutífero para construir a sua obra. Agrega, porém, duas considerações: 1) parte do seu trabalho é organizar a história do pensamento econômico, no sentido que Schumpeter dá à expressão, pois boa parte da produção do período não possui compromissos acadêmicos; 2) toda reflexão econômica contém uma dimensão analítica, mesmo que esta não seja o foco principal, e seu interesse está relacionado com a necessidade de sistematizar os argumentos aplicados ao processo econômico.”

englobar o conjunto do pensamento econômico de todo um país para um período determinado. Definidos os cortes temporal e espacial, o autor fez um esforço de “reunir, sistematizar e analisar a extensiva literatura do período, publicada em livros, revistas especializadas e documentos governamentais que se tornaram a marca de uma época” (Bielschowsky, 2000, p.5). Esse trabalho monumental efetuado para o período de 1930 a 1964 torna-se dificilmente replicável para períodos mais recentes. Uma razão muito simples explica essa quase impossibilidade: o volume de trabalhos escritos cresce exponencialmente ao longo do tempo, e articular toda essa literatura sem que haja um critério de seleção demandaria capacidade hercúlea. Assim, parecer ser mais factível a realização de trabalhos que se limitem a controvérsias específicas, ou a um aspecto específico do pensamento econômico, ou ainda a períodos históricos mais curtos. Cada umas dessas escolhas implicará em uma característica distinta para o trabalho, mas tornará mais viável sua conclusão.

## **Conclusão**

Este artigo buscou contribuir para a construção de um método para a história do pensamento econômico brasileiro. O trabalho foi realizado em três partes. Primeiro, compilou-se uma narrativa para a trajetória do método na história do pensamento econômico, tendo por objetivo demonstrar que o método dedutivo-falseacionista neoclássico impôs-se muito mais por força retórica do que por superioridade metodológica. A segunda seção discorre sobre a natureza da economia enquanto ciência, ressaltando a importância da história das ideias enquanto instrumento de construção teórica num contexto de ausência de método universal. Por último, são elaborados alguns aportes para um método específico para a história do pensamento econômico brasileiro, destacando a necessidade de um corte espacial e temporal, bem como a importância de um corte conceitual organizativo que confira direcionamento ao trabalho.

## **Referências Bibliográficas**

- Angeli, E. (2014) “A Importância da História do Pensamento Econômico e do Pluralismo Metodológico em Economia com Base na Perspectiva da Escola Austríaca”, *Nova Economia* Belo Horizonte
- Arida, P. (1996) [1984] “A História do Pensamento Econômico como Teoria e Retórica”, em *Retórica na Economia*, Rego, J. M. Rego (org.), Editora 34, São Paulo.
- Arrow, K. J. (1994) “Methodological Individualism and Social Knowledge”, *The American Economic Review*, vol.84, no2, pp.1-9.
- Backhouse, R.E. (1992) “How Should We Approach the History of Economic Thought, Fact,

Fiction or Moral Tale? *Journal of the History of Economic Thought*, v.14 Issue 01

Barbosa, N., Freitas, F., Lopes, C. F., Vernengo, M. (1994) "Indeterminismo e a Metodologia da Economia Positiva: uma abordagem com base na indeterminação de Senior", *Revista Brasileira de Economia*, v.48, n.2, Junho, Rio de Janeiro.

Bielschowsky, R.(1988) *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Ipea, 1988.

Caldwell, B.j. (1988) "The Case for Pluralism", In: De Marchi, N. (org.) *The Popperian Legacy in Economics*, Cambridge University Press.

Chang, H.J. (2002) "*Kicking Away the Ladder: Development Strategy in Historical Perspective*", Anthem Press, London, 2002. 187 p.

Corazza, G. (2009) *Ciência e Método na História do Pensamento Econômico*, *Revista de Economia*, v.35, n.2 (ano 33), p. 107-135, maio/ago, Editora UFPR.

Gala, P. e Rego, J.M. (2003) "*A História do Pensamento Econômico como Teoria e Retórica: ensaios sobre metodologia em economia*", São Paulo, Editora 34,.

Friedman, M. (1981[1953]) "A metodologia da economia positiva". Edições Multiplic, 1 (3).

Friedman (1968) "The Role of Monetary Policy", *The American Economic Review* vol.58, n.1.

Kant, I. (1781). *Crítica da razão pura*. Trad. Valerio Rohden e Uno Balbur Moosburger. São Paulo, Abril Cultural, 1978. (Coleção Os Pensadores).

Kuhn, T. (1970) "*The Structure of Scientific revolutions*. U. Chicago Press.

Kuhn, T. (1977) "*The Essential Tradition: Selected Studies in scientific tradition and change*. U. Chicago Press.

Lima, G. (1999) "Em Algum Lugar do Passado: algumas breves reflexões sobre a relevância da história da teoria econômica", *Análise Econômica*, ano 17, n.31, Março, Porto Alegre.

Löwy, M. (1998) "As aventuras de Marx contra o Barão de Münchhausen - marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. São Paulo: Cortez Editora,

Mantega, G. (1989) "Celso Furtado e o pensamento econômico brasileiro", *Revista de Economia Política*, vol.9, n.4, outubro-dezembro.

Marshall, A. (1982) "Princípios de Economia Política" São Paulo: Abril Cultural.

Munz, P. (1985) "*Our Knoutledge & Kegan Paul*, London

Mccloskey, D.N. (1983) "The Rethoric of Economics", *Journal of Economic Literature*, vol. XXI

Schumpeter, J.A. (1986) [1954] *"History of Economic Analysis"*, Oxford University Press, New York

Pimentel, L.B. (2013) "O Projeto da Ciência Moderna e os Caminhos Epistemológicos da Economia: Marginalismo e Materialismo Histórico Dialético, Dissertação de Mestrado IE-UFRJ

Malta, M.M., Castelo, R., Rocha, M.A., Borja, B., Bielschowsky, P. (2011), "A História do Pensamento Econômico Brasileiro entre 1964 e 1989: um método para discussão, em: *Ecos do Desenvolvimento: Uma História do Pensamento Econômico Brasileiro* / Malta M.M. [coord.]

Marchionatti, R. (2003) *"On the application of Mathematics to Political Economy: The Edgeworth-Walras-Bortkiewicz Controversy, 1889-1991"*, Working Paper n. 06/2003 Dipartimento di Economia S. Cagnetti de Martiis

Popper, K.R. (1983) "Realism and the Aim of Science", Rowman and Littlefield, Totowa, New Jersey

Rorty, R., Schneewind, J.B. e Skinner, Q., *"Philosophy in History"* Cambridge: CUP.

Tolipan, R. (1982) "A necessidade do pensamento econômico" Texto para Discussão n.3. Rio de Janeiro: Instituto de Economia, IE-UFRJ

Walras, L. (1874) *"Eléments d'Économie Politique Pure"*, Paris, Pichon et Durant (1952)

Weintraub, E.R (1989) "Methodology Doesn't Matter, but the History of Thought Might, *The Scandinavian Journal of Economics*, vol. 91, n.2

Weintraub, E.R. "Restructuring Economic Knowledge: Editor's Introduction", *History of Political Economy*, vol. 23 no. 1 (Spring, 1991), pp. 52-53